



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA008117FCA000020110200007572-71
008117ITR310320110100008257-7811/05/2011 16:3117/05/2011 18:29

Informações Trimestrais - ITR

Protocolo de Recebimento: 008117ITR310320110100008257-78
Protocolo Relacionado: 008117FCA000020110200007572-71
Tipo de Arquivo: Informações Trimestrais
Versão: 1
Data de Referência: 31/03/2011
Data de Entrega: 17/05/2011 18:29

ITR capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V2 recebido em 11/05/2011.

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Imprimir

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balço Patrimonial Ativo	2
-------------------------	---

Balço Patrimonial Passivo	3
---------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
-----------------------------------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46
Preferenciais	85
Total	131
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	23.872	23.836
1.01	Ativo Circulante	773	705
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	380	283
1.01.03	Contas a Receber	303	335
1.01.03.01	Clientes	293	335
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10	0
1.01.04	Estoques	77	81
1.01.06	Tributos a Recuperar	5	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	6	6
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2	0
1.01.08.03	Outros	2	0
1.02	Ativo Não Circulante	23.099	23.131
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26	25
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3	2
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23	23
1.02.02	Investimentos	22.799	22.832
1.02.02.01	Participações Societárias	18	15
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	18	15
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	22.781	22.817
1.02.03	Imobilizado	240	240
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	240	240
1.02.04	Intangível	34	34
1.02.04.01	Intangíveis	34	34

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	23.872	23.836
2.01	Passivo Circulante	385	504
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26	30
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16	19
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10	11
2.01.02	Fornecedores	64	160
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	64	160
2.01.03	Obrigações Fiscais	76	111
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75	95
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	13	30
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	2	2
2.01.03.01.04	Outros	60	61
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	16
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8	13
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8	13
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8	13
2.01.05	Outras Obrigações	186	172
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	68	55
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	68	55
2.01.05.02	Outros	118	117
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	12	11
2.01.05.02.05	Parcelamento de Títulos	106	106
2.01.06	Provisões	25	18
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25	18
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25	18
2.02	Passivo Não Circulante	22.064	21.991
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	37	35
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	37	35
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	37	35
2.02.02	Outras Obrigações	17.177	17.106
2.02.02.02	Outros	17.177	17.106
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis	16.280	16.214
2.02.02.02.04	Parcelamento de Títulos	849	849
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	48	43
2.02.03	Tributos Diferidos	4.850	4.850
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.850	4.850
2.03	Patrimônio Líquido	1.423	1.341
2.03.01	Capital Social Realizado	17.359	17.359
2.03.02	Reservas de Capital	451	451
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-16.387	-16.469

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	497	461
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-134	-144
3.03	Resultado Bruto	363	317
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-192	-167
3.04.01	Despesas com Vendas	-56	-47
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-123	-109
3.04.02.01	Despesas Gerais/Administrativas	-99	-90
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-7	-3
3.04.02.03	Remuneração dos Administradores	-17	-16
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13	-11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	171	150
3.06	Resultado Financeiro	-89	-140
3.06.01	Receitas Financeiras	16	15
3.06.02	Despesas Financeiras	-105	-155
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	82	10
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82	10
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	82	10
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,63000	0,08000
3.99.01.02	PN	0,63000	0,08000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,63000	0,08000
3.99.02.02	PN	0,63000	0,08000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	82	10
4.03	Resultado Abrangente do Período	82	10

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76	-62
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	91	14
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do Exercício	82	10
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	9	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15	-76
6.01.02.01	Aumento(Diminuição)nos ativos	28	20
6.01.02.02	Aumento(Diminuição)nos passivos	-43	-96
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	24	-64
6.02.01	Baixa aos Investimentos	62	0
6.02.02	Adições aos Investimentos	-29	-64
6.02.04	Adições ao Ativo Permanente	-9	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	97	-126
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	283	474
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	380	348

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-16.469	0	1.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-16.469	0	1.341
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82	0	82
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82	0	82
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-16.387	0	1.423

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	17.359	451	0	-16.555	0	1.255
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-16.555	0	1.255
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10	0	10
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10	0	10
5.07	Saldo Finais	17.359	451	0	-16.545	0	1.265

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	568	542
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	571	529
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3	13
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-194	-215
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-134	-144
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-60	-71
7.03	Valor Adicionado Bruto	374	327
7.04	Retenções	-9	-4
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9	-4
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	365	323
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16	15
7.06.02	Receitas Financeiras	16	15
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	381	338
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	381	338
7.08.01	Pessoal	61	50
7.08.01.01	Remuneração Direta	57	47
7.08.01.02	Benefícios	1	1
7.08.01.03	F.G.T.S.	3	2
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	127	118
7.08.02.01	Federais	65	59
7.08.02.02	Estaduais	18	17
7.08.02.03	Municipais	44	42
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111	160
7.08.03.01	Juros	105	155
7.08.03.02	Aluguéis	6	5
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	82	10
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82	10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comparativamente ao trimestre anterior, as vendas do varejo e os aluguéis do nosso Centro Comercial tiveram uma queda de 23%. As receitas totais em comparação ao mesmo trimestre do exercício anterior tiveram um incremento de 7,70%.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto, a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

A concordata preventiva que teve seus valores depositados em contas judiciais nas datas determinadas em lei foi julgada e cumprida, e a sentença, caso não haja manifestação contrária de credores e terceiro interessados, transitará em julgado em abril de 2010, ocasião em que a Companhia, de fato e de direito deixará de ser concordatária.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e nas políticas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais em 13 de maio de 2011.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações trimestrais individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais.

c. Uso da estimativas e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Instrumentos financeiros

a.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

a.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos.

Notas Explicativas

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração de resultados do exercício a que se referem.

A Companhia realiza anualmente estudos de desvalorização para as propriedades para investimentos registradas.

f. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Apuração do resultado

Receita de vendas

São reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

Receita de aluguéis e serviços

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos contratos e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação de serviços, independentemente do faturamento. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. As receitas de cessões de direitos a lojistas, se e quando recebidas, são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

j. Redução do valor recuperável

Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Notas Explicativas

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGC são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGC, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGC em uma base pro rata.

Notas Explicativas

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Notas Explicativas

m. Informações por segmentos

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos freqüentemente pela Diretoria Estatutária para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados a Diretoria Estatutária incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado.

n. Demonstração dos valores adicionados

A companhia elaborou a demonstração dos valores adicionados (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

Notas Explicativas

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a eles. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de março de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- a. Clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- b. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	31 de março de 2011 Contábil	31 de março de 2011 Mercado	31 de dezembro de 2010 Contábil	31 de dezembro de 2010 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	380	380	283	283
Clientes	293	293	335	335
Empréstimos e Financiamentos	(45)	(45)	(48)	(48)
Fornecedores	(64)	(64)	(160)	(160)

Fatores de Risco:

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado

Notas Explicativas

- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas Explicativas

Risco Operacional:

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Notas Explicativas

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia faz teste de impairment em ativos de vida longa útil para Investimentos e Ativo Imobilizado, para determinar e calcular o impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do impairment dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Não foi necessário constituir provisão para impairment em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A Companhia atua no segmento de venda a varejo e locação de imóveis, daquelas áreas antes ocupadas para vendas a varejo. O resultado por segmento bem como a distribuição de ativos e passivos identificáveis, se apresenta da seguinte forma:

RESULTADO DO EXERCÍCIO	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	Locações	Varejo	Locação	Varejo
Receitas Operacional Bruta	464	107	432	97
Deduções da receita	(42)	(32)	(40)	(28)
Custos dos Serviços e Mercadorias	(88)	(46)	(96)	(48)
LUCRO BRUTO	334	29	296	21
Outras receitas e despesas	(136)	(56)	(120)	(47)
Resultado Financeiro	(72)	(17)	(115)	(25)
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR/CS	126	(44)	61	(51)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	126	(44)	61	(51)

Notas Explicativas

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	48	10
Banco conta movimento	22	6
Aplicações liquidez imediata	310	267
	<hr/>	<hr/>
	380	283

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Clientes no varejo	19	42
Contas a receber centro comercial	498	501
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(211)	(208)
Recebimentos a compensar	(13)	-
	<hr/>	<hr/>
	293	335

Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel.

9. ESTOQUES

Em 31 de março de 2011, o montante de R\$ 77 (R\$81 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo. Valores apurados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor de realização, dos dois o menor.

10. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Depósitos para recursos judiciais	5	5
Adiantamentos a terceiros	18	18
	<hr/>	<hr/>
	23	23
Circulante	-	-
Não Circulante	23	23
	<hr/>	<hr/>
	23	23

Notas Explicativas

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Terrenos	-	62
Imóveis para Locação	22.781	22.756
Outros Investimentos	18	14
	<u>22.799</u>	<u>22.832</u>

Em 2011 a Companhia vendeu o terreno pelo montante de R\$60.

Imóveis para Locação trata-se do complexo de terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantido para finalidade de locação.

Em 2010 a entidade efetuou a avaliação de seus Imóveis para Locação, nos termos do ICPC 10, através do perito Engenheiro Milorad Boskovic.

Para a determinação do custo atribuído os avaliadores seguiram as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para a avaliação, foi considerado o método comparativo.

12. IMOBILIZADO

	<u>31 de março de 2011</u>			<u>31 de dezembro de 2010</u>		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis, Utensílios e Equipamentos	1.771	(1.655)	116	1.762	(1.651)	111
Benfeitorias	196	(190)	6	196	(189)	7
Veículos	127	(13)	114	127	(10)	117
Outros	6	(2)	4	6	(1)	5
	<u>2.100</u>	<u>(1.846)</u>	<u>240</u>	<u>2.091</u>	<u>(1.851)</u>	<u>240</u>

Notas Explicativas

A depreciação é calculada com base nas seguintes vidas úteis:

Descrição	Taxa anual de depreciação
Móveis, Utensílios e Equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

A movimentação do imobilizado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

	1 de janeiro de 2010	Adições	Baixas, transferências e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2010
Móveis, Utensílios e Equipamentos	66	57	-	(12)	111
Benfeitorias	10	-	-	(3)	7
Veículos	25	96	-	(4)	117
Outros	5	-	-	-	5
	106	153	-	(19)	240

	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas, Transferências e alienações	Depreciação	31 de março de 2011
Móveis, Utensílios e Equipamentos	111	9	-	(4)	116
Benfeitorias	7	-	-	(1)	6
Veículos	117	-	-	(3)	114
Outros	5	-	-	(1)	4
	240	-	-	(9)	240

13. PARCELAMENTOS

Em 28 de abril de 2010, a Sociedade comunicou através de fato relevante, que em data de 27 de abril de 2010, foi expedida a certidão do trânsito em julgado da sentença que julgou cumprida a concordata preventiva da Companhia. Para evitar a manifestação contrária do credor quirográfico Valuta Cobranças Ltda. EPP, a Companhia celebrou com aquela confissão, reconhecendo dívida no montante de R\$1.061.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, a Companhia mantém contabilizado, referente a esta confissão os montantes de R\$106 (R\$106 em 31 de dezembro de 2010) e R\$849 (R\$849 em 31 de dezembro de 2010), nos passivos circulante e não circulante

O principal da dívida está sendo pago, a partir de 2010, em 10 anos, pelo valor anual mínimo de R\$106, podendo ser pago de forma cumulativa até o último dia útil de cada ano.

14. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

Em 31 de março de 2011 o montante de R\$64 (R\$160 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários a pagar	10	11
Multa FGTS sobre parcelamento	9	10
Provisões férias com encargos	25	18
FGTS a recolher	1	2
INSS a recolher	6	7
	<hr/>	<hr/>
	51	48

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/03/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos e Contribuições	46	-	80	-
Parcelamentos	30	16.280	31	16.214
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	76	16.280	111	16.214

Notas Explicativas

a. Impostos e contribuições

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ICMS a recolher	1	14
ICMS Fundo Social a recolher	-	1
ICMS Funturismo	-	1
IRRF a recolher	2	2
ISQN a recolher	-	1
Contribuição social a recolher	-	1
Imposto de renda a recolher	-	1
PIS a recolher	2	5
COFINS a recolher	12	24
Taxas CVM	30	30
	<hr/>	<hr/>
	46	80

As rubricas de Taxas CVM e Bolsa de Valores do Extremo Sul referem-se a valores devidos a título de taxas de fiscalização, atualizadas com juros e multa.

b. Parcelamentos

	<u>31/03/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Refis federal	30	16.280	31	16.214
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	30	16.280	31	16.214

A Companhia aderiu aos Programas de Recuperação Fiscal - REFIS, no âmbito Estadual e Federal em 2000, o que possibilitou o parcelamento de débitos tributários Estaduais e Federais, devidos até aquela data, administrados pela: Secretária do Estado da Fazenda de Santa Catarina - SEF, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal - SRF e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS. Para o Refis Federal foram alocados, como garantia deste financiamento, dois imóveis situados na rua XV de Novembro, na cidade de Blumenau, sob a matrícula 22.110.

Notas Explicativas

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	Tributos estaduais			Tributos federais	Total da dívida na adesão
	SEF	PGFN	SRF	INSS	
Principal	418	1.090	173	2.431	4.112
Multa	211	231	35	805	1.282
Juros	535	1.362	60	1.790	3.747
Encargos	-	525	-	140	665
	<u>1.164</u>	<u>3.208</u>	<u>268</u>	<u>5.166</u>	<u>9.806</u>

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Até 31 de março de 2011, foi pago o montante de R\$10 (R\$ 31 em 2010), referente às parcelas do REFIS federal.

Em 2009 o saldo remanescente do ICMS com o Estado de Santa Catarina, parcelado em conformidade com a Lei nº11.481, de julho de 2000, foi quitado integralmente com a reduções previstas nos artigos nº13 e 32 da Lei nº14.967 de 7 de dezembro de 2009, resultando num benefício líquido de R\$ 1.121.

O Refis Federal está classificado em curto prazo no valor de R\$30 referente 12 parcelas vencíveis em 2010 e o restante está classificado em longo prazo.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Foram constituídos e classificados no Passivo, os tributos Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre o Custo Atribuído da Avaliação de Investimentos, na qual apresenta-se conforme quadro abaixo.

Notas Explicativas

A Administração entende e reconheceu nos Tributos diferidos, que havendo venda dos investimentos, poderá usufruir da redução de 30% na base de cálculo desses tributos, como segue:

Natureza dos débitos	Valor Base	IRPJ(25%)	CSLL (9%)	Redução 30% prejuízos acumulados	Total 31 de março de 2011	Total 2009
Avaliação de Investimentos	15.652	3.913	1.408	(1.597)	3.724	3.724
Reserva de reavaliação transferida para investimentos	4.731	1.183	425	(482)	1.126	1.126
	<u>20.383</u>	<u>5.096</u>	<u>1.833</u>	<u>(2.079)</u>	<u>4.850</u>	<u>4.850</u>

18. PARTES RELACIONADAS

Decorrem de contratos de mútuo, com vencimentos indeterminados e juros de 1% ao mês, como segue:

	ATIVO		PASSIVO	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Guenther Steinbach	-	-	68	55
Hering Post	3	2	-	-
	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>68</u>	<u>55</u>

Abaixo segue movimentação ocorrida no resultado:

	Custo/despesa	
	31/03/2011	31/03/2010
Guenther Steinbach	2	5
Compark	22	33
Condomínio Shopping H	51	60
	<u>75</u>	<u>98</u>

19. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de março de 2011 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2010), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

20. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia estão apresentadas abaixo:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
VENDAS DO VAREJO	107	97
LOCAÇÕES	<u>464</u>	<u>432</u>
Total do faturamento	571	529
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(74)</u>	<u>(68)</u>
Total receita líquida	<u><u>497</u></u>	<u><u>461</u></u>

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
<u>Receitas financeiras:</u>		
Aplicações Financeiras	11	11
Juros Recebidos	<u>5</u>	<u>4</u>
	16	15
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros sobre empréstimos	4	5
Juros sobre Tributos	76	129
Juros e atualização sobre outras contas a pagar	<u>25</u>	<u>21</u>
	105	155
Resultado financeiro líquido	<u><u>(89)</u></u>	<u><u>(140)</u></u>

22. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, as Lojas Hering possuíam os seguros abaixo descritos:

<u>Seguradora</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Vigência apólice</u>	<u>máximo indenizável</u>
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	20.08.2010 à 20.08.2011	15.850
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2010 à 23.08.2011	2.470
Confiança Cia de Seguros	Automóvel	10.02.2011 à 10.02.2012	451
Chubb Seguros	Automóvel	23.12.2010 à 23.12.2011	821
			<u>19.592</u>

As premissas adotadas para as coberturas de riscos, por meio de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *